

O grupo iniciou suas atividades extensionistas em 1998, em escolas públicas e centros comunitários em vilas da Grande Cruzeiro. Vai se consolidando na perspectiva da indissociabilidade, a partir de 2008, com estudantes bolsistas em monitoria de ensino de graduação, extensão e iniciação científica (IC – FAPERGS, UFRGS/CNPq) e, a partir de 2010, formaliza-se como Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH) com o ingresso de mestrandas/os. Nossos aprendizados de extensão e pesquisa, articulados com o ensino, compõem o estudo sobre trabalho e direitos do infantojuvenil, e tiveram como *locus* escolas públicas, espaços socioeducativos e a Rede de Proteção da Microrregião 5 do Conselho Tutelar, onde mantemos esse vínculo e ampliamos o diálogo com as trabalhadoras da Assistência Social, da Educação e da Saúde no território Glória, Cruzeiro e Cristal. Registramos indícios de violações de direitos, como as distintas formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Articulamos os elementos recolhidos no diálogo extensionista e na pesquisa, para compor o objeto – nessas duas faces da produção acadêmica. A temática *trabalho e a formação humana* e o materialismo histórico-dialético, como método, nos articulam; temática e método com que, por sucessivas aproximações, avançamos na elaboração do conhecimento e damos a batalha pela função social da produção acadêmica que contribua como arma nas lutas da classe trabalhadora.

Na síntese de Rosa Luxemburgo uma perspectiva potente para darmos a batalha no sentido útil da produção acadêmica...

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres!”

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente



TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

Organizadoras

Laura Souza Fonseca
Grupo Trabalho e Formação Humana



Neste segundo livro do curso de Aperfeiçoamento *Mediações necessárias entre as boas práticas e a experiência refletida nas políticas de proteção ao sujeito infantojuvenil*, edital PROEXT 2015, quando contextualizamos estrutura e conjuntura para problematizar as políticas sociais nomeadas protetivas, as autoras, mulheres na maioria, escolheram suas parcerias; a temática dos capítulos dialoga com a exposição no curso, no caso das professoras; articula uma temática do curso e a experiência de trabalho/vida na escrita das cursistas, e avança na reflexão sobre nossas vivências.

Somos sobretudo lutas, resistentes à destruição da esfera pública, do trabalho e da vida da classe trabalhadora e da juventude periférica.

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

TRABALHO, FORMAÇÃO DE TRABALHADORAS E LUTAS SOCIAIS

no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente

Organizadoras :

GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA

LAURA SOUZA FONSECA

ADRIANA GOMES ZIMMERMANN

ALLAN RAFAEL GOIS

AMANDA CORREA RICARDO DA SILVA

DOUGLAS MORANO LOPES

ELIANA RIBEIRO DE FREITAS

JANAINA BARBOSA DA SILVA

ITALO ARIEL PEREIRA GUERREIRO

MARIANA SCHLEDER RHEINHEIMER



Apoio:





UFRGS Gráfica
Porto Alegre - 2018

Editora da Universidade
Rua Ramiro Barcelos, 2500 | Porto Alegre, RS, Brasil | CEP 90035-003
Fone/fax +55 (51) 3308-5645 | admeditora@ufrgs.br
© Direitos reservados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Desenvolvido por

Organização: Grupo Trabalho e Formação Humana
Capa: Mateus Ballardin
Contracapa: Grupo Trabalho e Formação Humana
Orelhas: Grupo Trabalho e Formação Humana
Diagramação: Mariana Schleder Rheinheimer
Revisão: Mariana Schleder Rheinheimer
Editoração: Mariana Schleder Rheinheimer

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

T758

Trabalho, formação de trabalhadoras e lutas sociais no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente / Grupo Trabalho e Formação Humana. Laura Souza Fonseca... [et al.] (organizadores). – Porto Alegre : Grupo Trabalho e Formação Humana: UFRGS, 2018.

266 p.

ISBN: 978-85-9489-140-2

1. Sociologia do trabalho 2. Movimentos sociais 3. Ensino não-formal 4. Economia solidária 5. Educação de Jovens e Adultos 6. Criança 7. Adolescente I. Título II. Fonseca, Laura Souza

CDU: 316.334.2

Bibliotecária: Evelin Cotta CRB-10/1563

REALIDADE, LUTAS SOCIAIS E DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Mailiz Garibotti Lusa

Pensar a realidade tem sido um grande desafio, especialmente nos últimos anos, pois a cada dia o avanço do conservadorismo produz reflexos na vida da classe trabalhadora. O desmonte dos direitos sociais e, por consequência, das políticas sociais aguça as desigualdades sociais, especialmente de classe, raça e etnia, gênero, sexualidade e geração. Em consonância, aprofunda-se a pauperização, aumentando o contingente populacional em situação de pobreza e miséria. De um lado isso reforça a importância e necessidade da atuação dos movimentos sociais e da construção coletiva de lutas sociais que tenham por horizonte a transformação na direção de outra ordem societária. Por outro lado, neste mesmo cenário, intensifica-se a criminalização da juventude, da população negra e de periferia e, principalmente, das lutas e movimentos sociais.

É neste chão da realidade que os assistentes sociais fundamentam o seu trabalho, inserindo-se em processos de trabalho nas políticas, serviços e equipamentos sociais, na direção da defesa dos interesses e direitos sociais da classe trabalhadora. Em seu trabalho produzem processos de participação e mobilização, de construção de autonomia e de emancipação política, confirmando os fundamentos éticos profissionais, que expressam o Projeto Ético Político, materializado na Lei que regulamenta a profissão (Lei 8662/1993), no

Código de Ética (Resolução CFESS n. 273/1993) e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Neste cenário a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social, defendida aqui sob a perspectiva emancipatória, ganha relevância, especialmente – mas, não exclusivamente – a partir do reconhecimento do trabalho desenvolvido no âmbito das lutas e movimentos sociais. Por isso, o debate apresentado neste capítulo objetiva conferir visibilidade à necessidade de ampliar a discussão sobre a dimensão pedagógica do trabalho profissional, especialmente na conjuntura atual de avanço do conservadorismo e de desmonte de direitos e das políticas sociais.

Para tanto, a discussão apresentada fundamenta-se no materialismo histórico dialético marxista e resulta das reflexões produzidas no âmbito das experiências de extensão universitária no Curso de Serviço Social da UFRGS na área da assessoria aos movimentos sociais de Porto Alegre (RS), bem como do ensino da disciplina de Movimentos Sociais e Política Social ofertada neste mesmo curso. As reflexões têm aportes especialmente em Iasi (2011), Tonet (2017), Silva (2017) e Abreu (2010).

Indica-se que dimensão pedagógica na perspectiva emancipatória poderá desencadear processos que levem à emancipação política dos sujeitos, enquanto horizonte histórico possível num momento de hegemonia da ordem do capital, os quais tenham na emancipação humana o seu horizonte utópico, considerado motor mobilizador das transformações cotidianas.

CONJUNTURA CONSERVADORA DE CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

A partir dos anos 2000 ocorrem mudanças na conjuntura, que ganham novo cariz, especialmente com a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo federal, inaugurando um novo momento caracterizado pelo chamado ‘neodesenvolvimentismo’ ou ‘desenvolvimentismo social’ (CASTELO, 2012; PEREIRA, 2012). A nova estratégia de governo não se desloca do domínio neoliberal, num momento em que se aprofundaram as desigualdades sociais e se agravaram as expressões da questão social.

Os investimentos na institucionalização das políticas sociais aconteceram de forma inédita até então, de que é exemplo a Política Nacional de Assistência Social criada em 2004.

Todavia, a focalização do atendimento na pobreza, a residualidade das políticas, os processos de privatizações da prestação do atendimento – que constitucionalmente configura-se como dever do Estado –, a intensificação da mercantilização dos mais diversos serviços sociais, especialmente a saúde e a educação, impediram o conjunto das políticas sociais de concretizar os direitos sociais conquistados pelas lutas dos anos 1980.

O neodesenvolvimentismo evidenciou a estratégia de gestão através das alianças políticas, cujos investimentos governamentais voltaram-se para a esfera social da sociedade, mas predominantemente subsidiaram a burguesia, aquecendo o mercado e transferindo o fundo público para a iniciativa privada através da redução de impostos para as indústrias, do financiamento público para os novos investimentos do mercado e mesmo do aquecimento do consumo, inclusive através da transferência de renda proveniente dos programas sociais. Logo, os mais de 13 anos de governo do PT frente ao governo federal modificaram o cenário brasileiro, sem romper com a perspectiva neoliberal. Ao final, não surpreende de todo o golpe da direita em um governo pressupostamente de centro-esquerda, mas que de fato concretizou-se como um governo de coalizão com a burguesia agrário-industrial e com o capital internacional. O atendimento dos mínimos sociais e a diminuição dos índices de pobreza e miserabilidade, sem alterar o aprofundamento das desigualdades sociais, foram justificados como elementos a fundamentar a falsa ideia de que ‘o Brasil vivia um governo de esquerda, com perfil socialista’, o que, por si só, aponta para o avanço da despolitização e alienação da população nos últimos, pelo menos, 20 anos. Esse foi um dos fortes elementos do discurso que sustentou o golpe midiático, jurídico e parlamentar, que retirou a ex-presidente Dilma Rousseff na Presidência da República e empossou ilegitimamente o atual Presidente Michel Temer. Por trás dos elementos dos discursos, que atribuíam a principal razão à corrupção na gestão federal, encontra-se a retomada conservadora no plano da vida social, política e cultural do país.

Esse avanço da reação conservadora no Brasil se apresenta em diversas facetas. Nos planos econômico, social e cultural podemos apontar e analisar seu aparecimento e consequências para a classe trabalhadora em tempos de crise – gerada pelas contradições estruturais do capital, e que, no entanto, é financiada através da redução de investimentos em políticas sociais, alta taxa de desemprego, retirada de direitos trabalhistas conquistados através de muitas lutas e resistências sociais, entre outros, pela classe trabalhadora.

Embora o conservadorismo tenha se apresentado já anteriormente à gestão de Dilma Rousseff na presidência do Brasil, aponta-se a sua concretização através do golpe em 2016.

Com isso, inaugurou-se um novo período na dinâmica do país, quando Michel Temer inicia processos antidemocráticos que conferem materialidade a um projeto político não eleito e não reconhecido, expresso no Programa de governo “A ponte para o futuro”. Entre as medidas, ainda no ano de 2016 o governo apresenta o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) n. 55, que é aprovada e passa a vigorar em dezembro do mesmo ano como Emenda Constitucional (EC) n. 95.

A justificativa do desgoverno golpista de Michel Temer foi o reequilíbrio das contas públicas e a redução da dívida do setor público, o que justificaria tal medida de intervenção econômica no Estado. No entanto, a “PEC do fim do mundo”, como foi batizada pelos movimentos sociais, é a mais evidente demonstração do Estado que a elite brasileira defende: sem recursos para as áreas sociais como saúde, educação e assistência, numa completa desresponsabilização da proteção social da classe trabalhadora. O congelamento de investimentos nestas áreas significa, entre outras questões, o sucateamento da universidade pública, do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único da Assistência Social.

No entanto, dialeticamente, apresenta-se a resistência e as lutas sociais que ocorreram desde 2016 em todo país, dentre as quais se destacam as ocupações em escolas e universidades públicas pelos estudantes universitários. As tantas manifestações políticas denunciaram o conservadorismo e reacionarismos presentes no Estado e na sociedade brasileira e evidenciaram o real motivo desse processo político: as disputas de interesses de classes e a retomada explícita da dominação burguesa, a partir de estratégias de um Estado autoritário, que faz com o uso da violência e coerção, inclusive pela via da dominação ideológica a fim de assegurar a alienação.

A aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017, significou enorme retrocesso para a classe trabalhadora no que tange à drástica redução de direitos e garantias ao trabalhador, que foram efetivadas através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. O fim do imposto sindical anual, terceirização, grávidas trabalhando em locais perigosos, redução do horário de almoço, entre outras alterações, demonstram que, para a burguesia brasileira, quanto menos direitos para as trabalhadoras e os trabalhadores maior será o seu lucro e que é esse o seu único interesse. Para ela, a saúde física e mental do trabalhador é descartável. Em contraposição à Reforma Trabalhista, as centrais sindicais e demais movimentos sociais chamaram, em vários momentos do ano de 2017, dias de greve geral, os quais pararam as principais capitais do país e cidades do interior, demonstrando que a força da classe trabalhadora está viva.

Essa conjuntura de avanço do conservadorismo marca cotidianamente a vida do povo brasileiro em pequenas e grandes ações. O aprofundamento da criminalização da pobreza, especialmente da juventude negra de periferia; a constante ameaça de conflito armado na fronteira com a Venezuela, que se intensifica desde 2016; o encerramento da exposição “Queer Museu” no Santander Cultural em Porto Alegre, em 2017; e, em 2018 a prisão do ex-presidente Lula, a intervenção militar no Rio de Janeiro, o extermínio da vereadora do Rio de Janeiro Mariele Franco; além da permanente e crescente criminalização e repressão violenta aos movimentos sociais em todo país demonstram que a realidade concreta da sociabilidade burguesa, patriarcal, racista e lgbtfóbica perpassa os mais diversos aspectos da vida social.

No entanto, não há ilusões, no modo de produção capitalista não há saída, pois ele ancora-se na exploração do homem pelo homem, a partir da contradição fundamental entre capital e trabalho. Logo, entende-se que as relações sociais conservadoras na atual conjuntura brasileira em por fundamento a insígnia do capital e por consequência à inegável concentração de riquezas nas mãos da burguesia e o aguçamento do pauperismo da classe trabalhadora. Isso pois,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista (MARX, 1996, p. 274).

Na sociabilidade do capital apresentam-se tanto as expressões da contradição entre a produção, cada vez mais coletiva de riquezas e apropriação cada vez mais privada destas, quanto em relação às lutas e resistências da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Neste sentido, para finalizar esta breve análise de conjuntura, é necessário registrar que não são novidades as estratégias da sociedade e Estado burguês para o enfraquecimento das lutas sociais. O mesmo cenário já vinha sendo apontado desde a década de 1990.

Estamos em 1998 e o refluxo de uma classe trabalhadora massacrada pelo desemprego estrutural, pela miséria e até pelas catástrofes, descrentes de suas lideranças, desencantadas com as promessas negadas, adiadas, de constituinte livre e soberana [...] perplexa com a ditadura do grande capital, travestida de democracia [...]. O que estarão querendo nos dizer as assembleias sindicais esvaziadas, a diminuição do número de sindicalizados, os altos índices de abstenção eleitoral em um país em que o voto é

obrigatório? Mesmo as centrais sindicais e os partidos de esquerda não estão conseguindo mobilizar o conjunto dos trabalhadores ativos, ou as ditas camadas populares. Como interpretar, sem cair em uma explicação mecânica e simplista, o fortalecimento dos movimentos religiosos “fundamentalistas” em que milhares de pessoas lotam estádios e pagam para ser abençoadas? Para onde aponta a internacionalização dos mercados? Para o internacionalismo das lutas ou para a competição entre trabalhadores por uma vaga no mercado de trabalho (pelo direito de se manterem explorados), que tem gerado movimentos xenófobos e o recrudescimento do fascismo e do nazismo? (RIBEIRO, 1998, p. 64-65).

É imprescindível considerar, portanto, que vivemos há algumas décadas um mesmo processo, o qual decorre da própria crise estrutural do capital, manifestada fortemente a partir dos anos 1970. Nesse cenário que persiste há décadas o enfraquecimento da organização política e das lutas da classe trabalhadora é uma das estratégias do capital para que o modo de produção não seja criticamente contestado e sucumba frente à construção de processos dirigidos à outra sociabilidade.

Por fim, não se pode encerrar este breve apanhado sobre a conjuntura sem reportar ao ‘pessimismo da inteligência e otimismo da vontade’, atribuído a Gramsci (DELLA SANTA, 2016), que impele a uma crítica coerente da realidade, articulada à necessidade de mobilizar e atuar nesta realidade.

[...] A ação emancipatória que está posta no horizonte das lutas, educa o capital, obrigando-o a redimensionar-se para continuar extraíndo a mais-valia e inspirando, ou educando o povo para novas lutas. A contradição não atravessa apenas as relações de força, ela marca as práticas dos sujeitos diferentes que avançam, recuam, se unem, se dividem, se enfrentam, se reconhecem, se inspiram, se preparam para novos confrontos. Nessa caminhada é que os iguais descobrem suas diferenças e os diferentes encontram sua igualdade, descolando-se da unidade arbitrária e, aos poucos, vão tentando reaprender os vínculos com a unidade provisória, construída a partir de interesses comuns, não de uma categoria abstrata, imposta (RIBEIRO, 1998, p. 67).

Assim, é necessária uma vontade de atuar que retire trabalhadores, assistentes sociais, militantes de movimentos e lutas sociais do imobilismo, mesmo diante do ‘temeroso’ cenário brevemente exposto. Isso, pois, entende-se que são nos momentos de maior crise, quando as condições de vida e as violações de direitos da classe trabalhadora caíram a patamares antes não imaginados, é que podem ser acionados processos de construção de consciência sobre a realidade, que levem a uma articulação interna da própria classe, capaz de operar os enfrentamentos necessários. Para isso, é necessário mobilizar, produzir processos democráticos e participativos que atuem a partir de uma pedagogia emancipatória. Este é também um elemento da conjuntura.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA NO HORIZONTE PEDAGÓGICO

Acreditamos que está se abrindo um período importante para a reflexão e o debate entre aqueles que persistem no caminho da transformação social. Na área da educação popular, desarmam-se velhos preconceitos e produzem-se patamares nos quais a polêmica pode se estabelecer e levar a trocas e contribuições mútuas que só beneficiarão nossos propósitos libertadores. (IASI, 2011, p. 172)

A partir dos elementos conjunturais apresentados no item anterior e acreditando que se está vivendo um novo momento no que tange a organização das lutas sociais no Brasil, passa-se a sistematizar algumas reflexões sobre emancipação política e emancipação humana. Este momento de avanço do conservadorismo, que academicamente ganhou terreno fértil com o pensamento pós-moderno (SANTOS, 2007), requisita daqueles que persistem no caminho da transformação social desarmar velhos pensamentos, repensar e aprender com os processos históricos, a fim de reafirmar estratégias que avancem para um horizonte verdadeiramente de emancipação e libertação na direção de outra sociabilidade.

Para tanto, neste item do estudo far-se-á uma incursão inicial à discussão sobre emancipação na perspectiva marxista, refletindo sobre a sua definição e problematizando as possibilidades concretas para sua efetivação na conjuntura atual das lutas e movimentos sociais. Para chegar a este debate, o elemento central da discussão versará sobre a diferença substancial entre a emancipação política e a emancipação humana e o nexos processual entre elas, que é operado pela construção de processos de consciência.

Ao tratar a consciência como um processo, que pode levar à emancipação política e, quiçá, humana, afirma-se que a manifestação inicial da consciência é a alienação, localizada ainda no plano do senso comum. O processo contraditório que levaria a sua superação estaria na revolta, que é uma forma transitória de consciência. Já a segunda forma de consciência remete à coletivização sobre os processos vividos, que levaria a identificação grupal necessária para atingir a ‘consciência em si’. “É na greve a sua mais didática manifestação. A injustiça vivida como revolta [individual] é partilhada numa identidade grupal, o que possibilita a ação coletiva” contra o capital, negando a ele em suas formas de exploração relativa ao coletivo do grupo. As contradições desta segunda forma levariam à consciência

revolucionária, que seria fruto de uma dupla negação, pois “num primeiro momento o proletariado nega o capitalismo, assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (IASI, 2011, p. 29; 32), que é a passagem da classe em si para a classe per si.

Esse processo de construção da consciência não é linear, mas dialético, o que significa que atingido um nível de consciência não se avança mecanicamente para outro, pelo contrário, é um processo como um todo, que envolve avanços, mas também retrocessos a etapas anteriores. Em suma, “o indivíduo transcende o grupo imediato e o vínculo precário com a realidade dada, busca compreender relações que se distanciam no tempo e no espaço, toma como sua a história da classe e do mundo. Passa a conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária” (IASI, 2011, p. 35).

Importante considerar que a superação da segunda forma de consciência exige do indivíduo entender que a transformação vai para além da sua temporalidade, ou seja, “a consciência nos aponta uma tarefa que transcende a nossa vida individual” no tempo e no espaço, exigindo compreender até mesmo para além do coletivo e de sua classe, o que apontaria para a superação da própria sociabilidade capitalista (IASI, 2011, p. 40; 41).

Ora, ao se falar da consciência como um processo, está se falando da construção de uma nova consciência, distinta da anterior, o que implica necessariamente na transformação. Há que se ter cuidado com reflexões demasiadamente otimistas, que possam conduzir ao equívoco de considerar que, uma vez desencadeados processos de consciência com uma coletividade maior, assegurar-se-ia uma ‘nova consciência’, que levaria a uma nova condição para a classe trabalhadora e tudo se resolveria. Ora

Na sociedade capitalista não podemos alcançar uma nova consciência, a não ser de forma embrionária. Somos, no máximo, indivíduos da sociedade burguesa, dispostos a destruí-la. É certo que já se apresentam em germe, elementos dessa nova consciência, no entanto, ela pressupõe uma nova ordem de relações para que tenha a base tornando-a possível. [...] Portanto, a transformação da consciência não está além da luta política e da materialidade onde esta se insere. É, ao mesmo tempo, um produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação (IASI, 2011, p. 42; 43).

A compreensão dos processos de construção de consciência permite compreender o que o Serviço Social brasileiro denomina de processos de construção de autonomia, capazes de produzir emancipação política, enquanto o nível máximo do processo emancipatório possível na sociabilidade capitalista. Neste ponto, adentra-se a discussão sobre emancipação política e emancipação humana, afirmando, desde logo, que “a possibilidade da emancipação

humana, de restituir o mundo e as relações humanas aos seres humanos, passa pela superação das mediações criadas por esses mesmos seres em sua ação sobre o mundo”, ou seja, “passa pela superação da mercadoria, do capital e do Estado” (IASI, 2011, p. 73).

Assim, a emancipação humana evidencia-se enquanto um horizonte não possível no momento presente, mas que tem sua potencialidade enquanto referencial a dar a direção para as lutas e mobilizações sociais e políticas. Neste sentido, “a emancipação humana, ainda que não prescindida da emancipação política, surge da superação de seus limites e se realiza através da negação do cidadão burguês, abstrato, submetido à sociedade de classes e à propriedade privada” (SILVA, 2010, p. 148).

Este horizonte, chamado por muitos de utópico, pode sim potencializar a organização da classe trabalhadora, mobilizando em suas lutas. Mas, será necessário criar estratégias de construção de processos de consciência, que retirem a classe trabalhadora do nível da alienação e possam levá-la à consciência e identidade de classe como requisitos necessários para conquistar as transformações possíveis dentro da ordem do capital, tendo por horizonte final a própria superação da ordem.

O trabalho profissional – aqui a referência é para as mais diversas profissões, especialmente aquelas das ciências sociais e humanas –, ou mesmo a militância, que desenvolvem processos de construção de consciência para as mulheres e homens da classe trabalhadora, na direção da transformação societária, carregam em si a dimensão pedagógica numa perspectiva emancipatória, desde a emancipação política possível, à direção da emancipação humana apenas passível de concretude em outra sociabilidade.

Para isso, é necessário instituir um processo contínuo e permanente, a ser construído cotidianamente com os próprios sujeitos, sabendo que seu produto se explicitará (caso se explicitar) em um período relativamente longo, por isso se falar numa temporalidade revolucionária que transcende o próprio sujeito (IASI, 2011).

Por outro lado, entende-se que são possíveis transformações no cotidiano dos sujeitos, que significam conquistas, de forma geral. Nesse sentido, a própria resistência ao retrocesso de direitos e ao desmonte das políticas sociais pode ser considerada um avanço, num cenário extremamente conservador, no qual o Estado neoliberal lança mão de inúmeros recursos para assegurar a ordem do capital e a hegemonia da burguesia. Isso exige práticas pedagógicas, que resultarão nas transformações cotidianas, estas sim postas num horizonte temporal a ser vivido pelo próprio sujeito.

A partir da análise da realidade atual e da constatação de que “a oposição radical entre capital e trabalho existe e não deixará de existir enquanto perdurar, sob qualquer forma, o sistema capitalista”; que “o proletariado, classe fundamental da revolução, está, neste momento, ausente”, e que disso resulta o reconhecimento que este se “configura um momento profundamente contrarrevolucionário”, pode-se, conscientemente, “fundamentar a elaboração de práticas educativas que contribuam para a realização dos fins que interessam ao proletariado”. Tais atividades educativas terão caráter emancipador, contribuindo para a contestação da sociabilidade do capital e para a construção de outra ordem societária. Mas, para isso, é necessário “[...] o domínio da concepção marxiana de mundo, de homem, de sociedade, de história, do processo histórico, da lógica do capital e da crise atual” (TONET, 2017, p. 236-237).

Significa dizer que uma estratégia da luta voltada à transformação histórica da atual sociabilidade pode ser o trabalho na perspectiva da emancipação política da classe trabalhadora. Tal estratégia pode ser fortemente impulsionada por processos educativos, ou ainda, processos de produção de consciência de classe, que assegurem a dimensão pedagógica desta construção coletiva. Nesse sentido, todo aquele que colaborar para o desenvolvimento de tais processos, torna-se um educador no sentido mais amplo.

Não parece haver dúvida que o número atual de educadores que trabalhem nesse sentido é extremamente reduzido. Mas, a realidade é dinâmica. A luta de classes entre capital e trabalho teve, e ainda terá, inúmeros altos e baixos. E, a meu ver, a realização dessas atividades educativas emancipadoras, junto com as lutas das categorias que fazem a educação e sua articulação com as lutas gerais, poderá ser uma contribuição para o avanço na luta revolucionária (TONET, 2017, p. 237).

Saber que as ações profissionais daqueles que atendem a classe trabalhadora, mas também dos militantes de lutas e movimentos sociais, são eivadas por uma dimensão pedagógica é um primeiro passo. Fazê-las transversalizar pela perspectiva emancipatória é o segundo. Assumir o compromisso com tais práticas pedagógicas emancipatórias é o caminho para fazer avançar a luta revolucionária desde o cotidiano de vida da classe trabalhadora. Logo, frente ao cenário sinalizado no item anterior, é mais que urgente retomar nos debates a discussão sobre os processos pedagógicos emancipatórios, considerando a concretude possível da emancipação política e a necessária utopia da emancipação humana. Tais processos não se concretizarão sem que se atente para a imprescindível construção de consciência de classe, que deve partir desde a primeira forma de consciência, até atingir com a coletividade a consciência revolucionária.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

O trabalho do assistente social inscreve-se no âmbito das relações sociais e tem como objeto as expressões da questão social, produzidas pelas contradições estruturais e inerentes ao capitalismo. Assim, o Serviço Social constitui-se como área de conhecimento e de trabalho, interferindo diretamente nas relações de produção e reprodução social da classe trabalhadora, de modo a produzir inflexões em seu modo de vida e de trabalho. Isso significa a potencialidade de produzir rupturas ou continuidades nas relações sociais.

Compreender como a dimensão pedagógica do trabalho profissional junto aos movimentos sociais tem a potencialidade de produzir contribuições e inquietações, que levem à edificação de outro projeto societário, pode significar o divisor de águas para a materialização do projeto ético político profissional nas lutas sociais. Dimensão pedagógica no sentido educativo, da construção de saber, que pode e quer contribuir para a construção dos processos de produção de consciência crítica, logo, entendida a partir de “uma concepção de educação que se amplia para transgredir os estreitos limites da escola na qual a encerrou o pensamento liberal” (RIBEIRO, 1998, p. 66).

A reflexão sobre a presença de uma dimensão pedagógica no Serviço Social brasileiro desde o seu surgimento começa a ser feita a partir dos anos 1970, nos marcos dos reflexos do Movimento de Reconceituação. O amadurecimento desta reflexão no Brasil vem a partir dos anos 1980, com a consolidação da matriz teórica marxista. Embora tais reflexões discutam a dimensão pedagógica em toda trajetória histórica da profissão, aqui se enfoca como esta dimensão está presente no trabalho profissional, especialmente no âmbito da academia e da assessoria pela via dos projetos envolvendo ensino, pesquisa e extensão, a partir da década de 1980, por ser este o período de maior efervescência dos movimentos e lutas sociais no Brasil. A partir dos anos 1980 “as instituições universitárias passam a constituir na referida conjuntura espaços privilegiados para o desenvolvimento de experiências alternativas comprometidas com os interesses das classes subalternas”, como resultado da refuncionalização das universidades frente à reestruturação do Estado e das peculiaridades resultantes da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que passam a ser “direcionados para os interesses e necessidades das classes subalternas”. Esse processo resultou, inclusive, do ingresso de novos docentes na vida acadêmica, “o que franqueia as incidências do processo

de revigoração do marxismo”, que definitivamente contribuiu para que as experiências comprometidas com a classe trabalhadora tomassem vigor (ABREU, 2010, p. 145).

É neste sentido que o Serviço Social passa a compreender que seu trabalho encontra-se transpassado pela ‘educação’, enquanto um dispositivo de luta capaz de conservar a sociabilidade vigente, ou levar ao seu questionamento e problematização. “É neste segundo sentido que se torna possível pensar a educação como *práxis* emancipadora substancial” (SILVA, 2017, p. 244).

A aproximação com a classe trabalhadora, enquanto direcionamento da luta pela defesa dos direitos e interesses dessa classe, que se consolida no projeto profissional a partir desse mesmo período, resulta das condições concretas determinadas pelo “movimento de democratização das relações sociais, em que avançam estratégias de politização dessas relações integradas às lutas sociais e organização das referidas classes e, contraditoriamente, pelas estratégias estatais no âmbito das políticas sociais direcionadas à busca de legitimidade do sistema de poder em crise” (ABREU, 2010, p. 151).

Assim, evidencia-se que o assistente social produz em seu processo de trabalho práticas educativas, ao passo que suas ações que implicam na produção de consciência.

Um dos papéis da educação é plasmar as consciências das pessoas humanas com valores, princípios e costumes. [...] Apesar do intenso esforço da classe dominante, [...] esse processo não é e nunca será linear ou unívoco. Assim, há fissuras por meio das quais é possível uma *práxis* educativa eminentemente emancipadora, em contraponto às práticas educativas consubstanciadas na manutenção do modelo social vigente (SILVA, 2017, p. 243).

Já ciente da sua função pedagógica junto à classe trabalhadora, um novo perfil pedagógico vai sendo construído a partir desse momento, agora numa perspectiva emancipatória. Tal perfil pode ser observado a partir do desenvolvimento de três estratégias profissionais. A primeira trabalhou a “educação popular como instrumento da prática do assistente social nos diferentes espaços de atuação profissional”, o que significou a reconstrução da função pedagógica no exercício nos serviços, equipamentos e programas das políticas sociais. Tratou-se do desvendamento das contradições sociais presentes no cotidiano de vida dos sujeitos e no próprio atendimento institucional, produzindo processos críticos de análise da realidade com a população atendida e a compreensão crítica dos seus direitos (ABREU, 2010, p. 155; 157).

A segunda estratégia foi a “formação de alianças políticas visando a alteração da correlação de forças políticas nos espaços de intervenção profissional e na sociedade, a partir

dos interesses das classes subalternas”. Esta estratégia se efetivou pela construção de articulações políticas voltadas para “o fortalecimento das organizações e movimentos populares como possibilidade da constituição e ampliação de uma base de força dos usuários na dinâmica institucional” (ABREU, 2010, p. 159). Há de se destacar que esta estratégia é a que mais diretamente incidiu junto aos movimentos e lutas sociais, através do apoio político e a assessoria técnica.

A terceira estratégia foi a “inserção profissional nos processos de luta pela conquista e garantia com ampliação de direitos sociais fundados em princípios de democratização da gestão pública, universalização dos atendimentos e justiça social” (ABREU, 2010, p. 161). Ela se concretizou pela atuação direta dos assistentes sociais nos processos de lutas, que implicaram na conquista de direitos sociais, os quais passaram a nortear o trabalho profissional. Concretizaram-se também no redimensionamento dos serviços assistenciais, na construção de outra perspectiva de participação e de controle social das políticas, assim como no processo de resistência a ofensiva neoliberal, que fortemente se manifesta a partir dos anos 1990, mesmo frente ao agravamento das expressões da questão social.

No âmbito do trabalho com os movimentos e lutas sociais, as formulações no interior do Serviço Social levam a percebê-los como instância de representação política das classes populares e, como tais, como sujeitos da transformação social. Isso porque “as lutas dos movimentos sociais em torno das demandas de serviços sociais tem oportunizado a tomada de consciência de direitos e reforçado a necessidade de organização, contribuindo, dessa forma, para a conscientização política da classe”. Nesse contexto, os movimentos sociais populares, situam-se como a expressão política da classe trabalhadora e como espaço privilegiado para a ação profissional que se diz comprometida com os interesses e necessidades dessa classe (SILVA, 2011, p. 192). Então,

Evidencia-se que a transformação social não é prerrogativa do assistente social. Ela não se faz via categoria profissional, mas através da luta da classe trabalhadora. Assim sendo, verifica-se que a transformação social ocorrerá a partir da participação do homem enquanto ser social. Sujeito coletivo, nas lutas cotidianas, onde desenvolve sua autonomia, sua consciência crítica. [...] O sujeito coletivo, privilegiado do processo de transformação social, apontado na literatura do Serviço Social, são, sem dúvida, os movimentos sociais populares [...], a partir das lutas que vêm promovendo na sociedade (SILVA, 2011, p. 220).

Será na conjuntura dos anos 2000 que se observará uma forte ameaça à continuidade e fortalecimento da dimensão pedagógica emancipatória no Serviço Social brasileiro. O cenário de criminalização das lutas sociais e dos movimentos, ao mesmo tempo de refreamento das

políticas sociais pelo Estado neoliberal e pelo avanço do conservadorismo pela via da pós-modernidade, trará suas implicações nas reconfigurações da função pedagógica da prática do assistente social. Nesse sentido, “são redescobertos eixos temáticos, identificados anteriormente como a ‘ajuda psicossocial individualizada’, a ‘participação’ e a ‘formação’ de uma vontade coletiva nacional popular’, em suas atualizações e redimensionamentos” (ABREU, 2010, p. 186).

Todavia, mesmo frente a esse cenário os assistentes sociais brasileiros resistem na defesa da hegemonia do Projeto Ético Político profissional, que confere a direção para que, mesmo sob fortes ameaças, tenha materialidade à dimensão pedagógica do trabalho com os amplos segmentos da classe trabalhadora numa perspectiva emancipatória.

Defendemos que é possível ao profissional identificar que as demandas se acham saturadas por determinações econômicas, políticas, culturais e ideológicas que exigem mais que ações imediatas, repetitivas, de rápida execução, ou decisões tomadas em caráter de urgência, desprovidas de uma reflexão mais aprofundada. Implicam intervenções teoricamente fundamentadas e escolhas políticas que considerem uma postura ética e um projeto de classe que vise a superação desse modo de sociabilidade, os interesses societários da classe trabalhadora, os direitos sociais, as normas e princípios que orientam a profissão, para buscar na realidade a mediação necessária, a fim de responder qualificadamente às demandas da classe menos favorecida e suas requisições profissionais (BARBOSA, 2016, p. 155).

Defesas profissionais nesse sentido indicam que “a luta por direitos recoloca-se, na atualidade, num fronte em que a necessidade de resistência e enfrentamento das políticas econômico-sociais de cunho neoliberais passa pela desmistificação da retórica dominante” (ABREU, 2010, p. 229), exigindo dos assistentes sociais retomar os processos de construção de consciência, de autonomia e de emancipação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso pensar o papel da Universidade em sua relação com os movimentos e lutas sociais, considerando que, “se pudermos contribuir com o nosso conhecimento para que os movimentos dos quais participamos possam perceber mais objetivamente suas contradições e possibilidades de avanços, já é um passo”. Isso porque ainda “temos muito a aprender com suas lutas, sua criatividade, sua capacidade de combate e até com suas fraquezas, que são também as nossas fraquezas” (RIBEIRO, 1998, p. 68).

Assim, reforça-se a necessidade de retomar e fortalecer a dimensão pedagógica do trabalho profissional, sabendo que “o processo educativo como práxis emancipadora somente é possível se os envolvidos assumirem a postura de agente transformador da sociabilidade vigente e buscarem com convicção a superação do capital” (SILVA, 2017, p. 243). Eis a tarefa profissional mais desafiadora e necessária neste momento.

Para seguir nessa direção é preciso não incorrer em estratégias utópicas, descoladas do chão da realidade capitalista neoliberal e conservadora. Mas também é necessário não se equivocar na análise desta realidade e obscurecer as lutas daqueles que agem resistindo, disputando espaços, politizando-se, avançando e recuando para tomar novo fôlego.

Logo, se de fato o Serviço Social brasileiro quiser materializar seu projeto profissional, é imprescindível retomar suas articulações com os movimentos sociais e fortalecer suas lutas, sabendo que neste momento é preciso resistir, para que em breve se volte a avançar na conquista de direitos e na transformação da realidade. É preciso, por fim, que o Serviço Social assuma este papel também no âmbito acadêmico, multiplicando as necessárias experiências de assessoria às organizações, mobilizações, lutas e movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfiz pedagógicos da prática profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012, p. 613-636.

DELLA SANTA, Roberto. **Otimismo da vontade, pessimismo da razão**: englishmarxism, Anderson translation & integral journalism of New Left Review (oraninternationalist world-marxism in the street-fighting years of western europe). Marília, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2016.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, jan./mar. 2012, p. 151-178.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012, p. 729-753.

RIBEIRO, Marlene. Educação popular: um projeto coletivo dos movimentos sociais populares. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 41-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 21/03/2018.

_____. **O caráter pedagógico dos movimentos sociais**. In: Serviço Social e Sociedade. n.58. São Paulo: Cortez, Nov/1998. pp. 41-71.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007 [Coleção questões da nossa época; v. 132].

SILVA, José Bezerra da. A educação como práxis emancipadora. In: NOMERIANO, Aline Soares (org.). **As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise**. Maceió: Coletivo Veredas, 2017. p. 239-255.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Serviço Social: Resistência e Emancipação?** Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONET, Ivo. Marxismo, educação e pedagogia socialista. In: NOMERIANO, Aline Soares (org.). **As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise**. Maceió: Coletivo Veredas, 2017. p. 223-238.

VARGAS, Tatiane Moreira de. **Serviço Social e Educação Popular: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2014.